



OAB-MT realiza debate entre candidatos ao governo em exercício de cidadania

Página - 4



Ato do Mero Aborrecimento tem mobilização em todo MT

Página - 7



Advocacia debate funcionamento do Cejusc

Página - 3

Advocacia de Nova Xavantina promove ato por falta de juiz

Página - 10

Com mobilização da OAB e parceiros, Cuiabá deve instalar Conselho de Direitos Humanos

Página - 6

DIRETORIA DA OAB

Presidente

Leonardo Pio da Silva Campos

Vice-Presidente

Flávio Ferreira

Secretário-Geral

Ulisses Rabaneda dos Santos

Secretária-Geral Adjunta

Gisela Alves Cardoso

Diretor Tesoureiro

Helmut Flávio Preza Dalro

Conselheiros Federais

Duílio Piato Júnior
Gabriela Novis Neves Pereira Lima
Joaquim Felipe Spadoni
Josemar Carmerino dos Santos
Liliana Agatha Hadad Simioni
Oswaldo Pereira Cardoso Filho

Conselheiros Estaduais

Abel Sguarezzi
Alfredo José de Oliveira Gonzaga
Alinor Sena Rodrigues
Antônio Luiz Ferreira da Silva
Betsey Polistchuck de Miranda
Breno Augusto Pinto de Miranda

Bruna Ergang da Silva
Christian Jacks Lino Gasparetto
Dinara de Arruda Oliveira
Eduardo Alves Marcal
Eduardo Marques Chagas
Eduardo Ramsay de Lacerda
Élbio Gonzalez
Elizete Bagatelli Gonçalves
Ericson Cesar Gomes
Fábio de Sá Pereira
Fabio Luis de Mello Oliveira
Fabiola Cássia de Noronha Sampaio
Fernando Augusto Vieira de Figueiredo
Fernando Henrique Machado da Silva
Flávia Carrazzone Ferreira
Flaviano Kleber Taques Figueiredo
Francys Ricardo Menegon
Gildo Capeleto
Hélio Machado da Costa Júnior
Hélio Nishyama
Igor Girardi Faria
Ivo Matias
José Carlos de Oliveira Guimarães Júnior
José Eduardo Polisel Gonçalves
José Patrocínio de Brito Júnior
José Sebastião de Campos Sobrinho
Juliana Ribeiro Salvador
Kleber Zinimar Geraldine Coutinho
Luis Filipe Oliveira de Oliveira
Luis Henrique Nucci Vacaro
Luiz Carlos de Oliveira Assumpção Júnior
Luiz da Penha Corrêa

Marisol Nespoli
Mauro Paulo Galera Mari
Mauro Portes Júnior
Nelson Aparecido Manoel Júnior
Paula Regina de Toledo Ribeiro
Pedro Martins Verão
Regina Célia Sabioni Lourimier
Reinaldo Américo Ortigara
Ricardo Ferreira Garcia
Ricardo Moraes de Oliveira
Roberta Vieira Borges
Rodrigo Geraldo Ribeiro de Araújo
Rogério Lavezzo
Samir Dartanhan Ramos
Samir Hammoud
Sandro Luis Costa Saggin
Selma Cristina Flores Catalan
Selma Pinto de Arruda Guimarães
Sirlene de Jesus Bueno
Suerika Maia de Paula Carvalho
Tânia Regina Ignotti Faiad
Tatiane de Barros Magalhães
Valdir Miquelin
Vinícius Dall Comune Hunhoff
Walmir Antônio Pereira Machiaveli

1ª Câmara Julgadora

Presidente: Flavio José Ferreira
Membros: José Patrocínio de Brito Junior
Jose Eduardo Polisel Gonçalves
Eduardo Ramsay De Lacerda
Ricardo Moraes de Oliveira

Tania Regina Ignotti Faiad

2ª Câmara Julgadora

Presidente: Ulisses Rabaneda dos Santos
Membros: Pedro Martins Verão
Luiz da Penha Correa
Breno Augusto Pinto de Miranda
Hélio Machado da Costa Junior
Eduardo Alves Marçal

3ª Câmara Julgadora

Presidente: Gisela Alves Cardoso
Membros: Jose Sebastião de Campos Sobrinho
Fernando Augusto Vieira Figueiredo
Roberta Vieira Borges
Antônio Luiz Ferreira da Silva
Luiz Carlos de Oliveira Assunção Junior

Caixa de Assistência dos Advogados (CAA/MT)

Presidente

Itallo Gustavo de Almeida Leite

Vice-presidente

Xênia Michele Artmann Guerra

Secretário-Geral

Ana Carolina Naves Dias Barchet

Secretário-Geral Adjunto

José Luiz de Aguiar Bojikian

Tesoureiro

Leonardo de Mesquita Vergani

Diretores

Ariane Martins Fontes
Clarissa Lopes Dias
Gisele Gaudêncio Alves da Silva
Raquel Cristina Rockenbach Bleich
Viviane Cristine Caldas

Escola Superior de Advocacia (ESAMT)

Diretor Presidente

Marco Antônio Lorga

Diretor - Adjunto

Bruno Devesa Cintra

Secretário - Geral

Silvio Soares da Silva Junior

Secretária - Geral Adjunta

Marina Ignotti Faiad

Coordenador Pedagógico

Vladia Maria

Contatos: (65) 3613-0956/0957

RELATORES DO TED

Presidente

JOÃO BATISTA BENETI

Vice-presidente

ADRIANO CARRELO SILVA

Secretário-geral

SILVANO MACEDO GALVÃO

1ª TURMA

Presidente

RENATO DE PERBOYRE BONILHA

Relatores

ROBER CESAR DA SILVA
GIORGIO AGUIAR DA SILVA

2ª TURMA

Presidente

ROBERTO ANTUNES BARROS

Relatores

MÁRIO OLÍMPIO MEDEIROS NETO
ANDRÉ LUIS DOMINGOS DA SILVA
ROSENI APARECIDA FARINACIO
LUIZ CARLOS TAQUES DE ANDRADE

3ª TURMA

Presidente

PEDRO MARCELO DE SIMONE

Relatores

SEILA MARIA ALVARES DA SILVA
APOENA CAMERINO DE AZEVEDO
ALENCAR FELIX DA SILVA
MARCELO BERTOLDO BARCHET

4ª TURMA

Presidente

JOÃO MANOEL JUNIOR

Relatores

JOSÉ RAVANELLO
LINOIR LAZZARETTI JUNIOR
ANA MARIA SORDI TEIXEIRA MOSER
ILDO DE ASSIS MACEDO

5ª TURMA

Presidente

ARNALDO RAUEN DELPIZZO

Relatores

ROSELY AMARAL DE SOUZA
JULIERME ROMERO

ROBERTO CARLONI DE ASSIS
DANIELE IZAURA DA SILVA CAVALARI
REZENDE

6ª TURMA

Presidente

JACKSON MÁRIO DE SOUZA

Relatores

VINICIUS MANOEL
GELISON NUNES DE SOUZA
JOSÉ ANTONIO GASPARELO JUNIOR
CIBELI SIMÕES DOS SANTOS

7ª TURMA

Presidente

ADRIANA PAULA TANSINI RODRIGUES
SILVA

Relatores

LUIZ ALBERTO DERZE VILLALBA CARNEIRO
HAMILTON FERREIRA DA SILVA JUNIOR
JUCIMEIRE MARQUES DE OLIVEIRA
LEOPOLDO DE MORAES GODINHO JUNIOR

8ª TURMA

Presidente

CRISTIANO ALCIDES BASSO

Relatores

JONEL BENEDITO FERREIRA DE ARRUDA
EDUARDO AUGUSTO BORDONI MANZEPPI
JOSINÉIA SANABRIA ORTIZ PRADO
RODRIGO REIS COLOMBO

9ª TURMA

Presidente

AURELIO ALENCAR SOARES DE OLIVEIRA

Relatores

RAFAEL VICENTE GONÇALVES TOBIAS
ESTEVÃO PINHEIRO JOTA
CLAIRE INES GAI MATIELO

10ª TURMA

Presidente

SONIA MARIA ALVES SANTOS

Relatores

RAPHAEL NAVES DIAS
JOÃO PAULO AVANSINI CARNELOS
MÁRIO APARECIDO LEITE CANGUSSU PRATES

11ª TURMA

Presidente

MURILLO ESPINOLA DE OLIVEIRA LIMA

Relatores

AMARO CESAR CASTILHO
PAULO FABRINNY MEDEIROS
ANTONIO ALVES DA SILVA JUNIOR
BRUNO FELIPE MONTEIRO COELHO
JOSÉ DIOGO DUTRA FILHO
CLEBER IRINEU RODRIGUES DA SILVA
RAFAEL WILLIAN BATISTA
ALEX FERREIRA DE ABREU

DIRETORIA DO TDP

Presidente

André Stumpf Jacobe Gonçalves

Vice-presidente

Maurício Magalhães Faria Neto

Secretário-geral

Max Magno Ferreira Mendes

Secretária adjunta

Fabiane Battistetti Berlanga

Telefone de plantão do TDP: (65) 9 9239-1000

Jornalistas:

Natacha Wogel
Sissy Cambuim - DRT/MS 0604
Paula Peres - DRT/MT 1243
Ascom/TRE
Paula Fernanda Pereira e Ascom/TRE-MT
ZF Press/ Assessoria Sejudh-MT/ Ícone Press

Fotografias:

ZF Press

Diagramação e Editoração: Cláudio Castro - DRT/MT 351



EXPEDIENTE

Contatos Assessoria de Imprensa:

OAB/MT - (65) 3613-0928/0929 - imprensaoabmt@gmail.com

Mídias Sociais:

@oabmatgrosso
www.facebook.com.br/oabmatgrosso
www.twitter.com.br/oabmt

CAA/MT (65) 3644-1006 - caamt@caamt.com.br
www.facebook.com.br/caaoabmt

Publicidade: Boletim Informativo - Comunicação Institucional

Tiragem: 17.000 exemplares

OAB Mato Grosso - Avenida Mário Cardi Filho, s/n -
Centro Político Administrativo - CEP: 78.049-914
- Cuiabá/MT - Tel.: (65) 3613-0900 Fax: (65) 3613-0921



Conselho aprova edital que convoca eleições para 23 de novembro

O Conselho Pleno da OAB-MT aprovou, em sessão ocorrida no dia 13 de setembro, o edital de convocação (01/2018) para realização das eleições da Ordem. O pleito para composição do novo Conselho Seccional da OAB-MT acontece no dia 23 de novembro, com votação entre 9h e 17 horas, em todo o Estado.

Nas eleições também serão escolhidos os diretores de subseções, da Caixa de Assistência dos Advogados de Mato Grosso, os conselheiros federais e suplentes, além dos conselheiros da Seccional.

Todos os advogados inscritos na OAB-MT em regularidade com a instituição ficam convocados para votação obrigatória. O eleitor pode votar somente no local em que for inscrito – subseção ou sede da seccional em que se encontra vinculado.

Em Cuiabá, a votação será realizada na sede da OAB-MT, localizada na avenida Mário Cardi Filho, s/nº, no Centro Político Administrativo. Já nas subseções, a votação será realizada nas respectivas unidades ou, inexistindo sede, no Fórum local.

Chapas – O pedido de registro de chapa deverá ser protocolado na Secretaria do Conselho Seccional da OAB-MT até as 18 horas do dia 24 de outubro. A Comissão Eleitoral publicará, em até 24 horas, nos quadros de avisos da Secretaria do Conselho Seccional e das subseções, na imprensa oficial e no sítio eletrônico da Seccional, a relação das chapas com suas composições para fins de impugnação.

O pedido de registro de chapas para as subseções poderá ser protocolado na sede da Seccional ou na sede da Subseção, no mesmo prazo previsto no parágrafo anterior.

Advocacia e coordenador discutem funcionamento do Cejusc

Com cerca de 100 dias de funcionamento, o Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania dos Juizados Especiais Cíveis da Capital (Cejusc) foi alvo de uma avaliação conjunta da OAB-MT e do coordenador, juiz Hildebrando da Costa Marques, no dia 25 de setembro.

O encontro aberto a toda advocacia, especialmente aos profissionais que atuam com mais frequência no âmbito dos juizados especiais, permitiu a troca de informações e que advogadas e advogados pudessem discutir diretamente com o coordenador do Cejusc as adversidades mais constantes no dia a dia de quem trabalha na nova unidade.

Entre as principais demandas estruturais encaminhadas previamente pela advocacia estão a dificuldade de acesso ao local e a falta de segurança nos arredores, inclusive com vários registros de furtos e arrombamentos aos veículos.

De acordo com o juiz Hildebrando da Costa Marques, uma das primeiras preocupações para a instalação do Cejusc foi garantir a segurança dos usuários. Assim, o primeiro ato foi encaminhar ofício para a Polícia Militar solicitando a presença de um policial nas dependências do órgão,

bem como ronda policial nos arredores. O pedido chegou a ser reiterado pela OAB-MT mas, segundo o magistrado, até hoje não foi atendido.

Também foi bastante questionado o procedimento para a confecção das atas de audiência, buscando uma padronização que atenda os anseios das partes sem ferir o princípio da confidencialidade, assim como a realização de requerimentos durante as audiências de conciliação.

Diante dos impasses relatados, o coordenador explicou que os requerimentos são prerrogativas da advocacia e podem ser feitos, no entanto, os profissionais devem ter bom senso para fazê-lo somente em casos de extrema necessidade, de forma a não inviabilizar o andamento das audiências que cumprem prazos rigorosos.

“Os requerimentos podem ser feitos em até 48 horas. Se não houver prejuízo latente, não há porque fazê-lo na hora. Esta é nossa orientação”, disse.

De acordo com ele, nenhum servidor do Cejusc tem orientação para ferir prerrogativa profissional, mas todos estão orientados a pedir esta colaboração.

O magistrado ainda ponderou que o princípio da confidencialidade

é essencial, inclusive os acordos propostos não podem, em hipótese nenhuma, constar nas atas, justamente em atenção a esse princípio. No entanto, ponderou que para resguardar o trabalho dos advogados e advogadas é perfeitamente possível que se conte na ata se foi apresentada ou não a proposta, desde que não se especifique seu teor.

“Respeitados e equilibrados os princípios fundamentais, a advocacia é uma grande parceira do Judiciário e estamos aqui para isso”, destacou o presidente da OAB-MT, Leonardo Campos.

Conforme o presidente, a reunião foi bastante proveitosa, permitindo a interação entre advocacia e o magistrado para uma avaliação conjunta do funcionamento do Cejusc. Hildebrando da Costa Marques também pode explicar que a unidade ainda está em sua fase inicial de instalação e apresentar o balanço do que tem sido feito.

Leonardo Campos ainda destacou que a advocacia deve continuar encaminhando seus apontamentos à OAB-MT, inclusive cópia de boletins de ocorrências de situações ocorridas na região para que seja reiterado o pedido de segurança no local.



Debate por governo de MT transcorre com 'casa cheia' na OAB

Com lotação máxima do auditório, a OAB-MT cumpriu seu papel de contribuir para o debate de ideias em busca do voto consciente realizando o debate dos candidatos ao governo do Estado no dia 20 de setembro. Em parceria com a TV e a Rádio Assembleia, o encontro dos cinco postulantes ao cargo máximo do Executivo estadual transcorreu de forma a privilegiar o confronto de propostas e foi elogiado pela organização. O debate foi transmitido via satélite, em sinal digital, para todo o Estado.

O presidente da OAB-MT, Leonardo Campos, e a diretoria da entidade receberam um a um os cinco candidatos para deixar claro o propósito do debate, como parte da campanha da instituição "Voto não tem preço, voto tem consequência".

"A OAB, enquanto representante da sociedade civil organizada, porta-voz constitucional do cidadão, não pode apenas assistir ao processo político. Somos uma entidade apartidária, mas somos uma entidade que, representando o cidadão, exerce a fiscalização das eleições para que definitivamente represente a vontade popular e seja eleito o mais votado", ponderou o presidente.

Os quatro blocos do debate foram cumpridos pelos candidatos conforme

as regras estabelecidas anteriormente. Leonardo Campos iniciou as discussões fazendo uma primeira pergunta a todos os cinco postulantes, a respeito da necessidade de priorizar investimentos nas ações essenciais, nos repasses aos Poderes, além do Ministério Público e da Defensoria Pública, frente às limitações impostas pelas normas para execução dos gastos públicos. O presidente também citou a necessidade do ajuizamento de ações para que a advocacia dativa receba em Mato Grosso.

"Visto que invariavelmente as ações em saúde, segurança, educação, infraestrutura e tantas outras passam pelo crivo do Poder Judiciário. Elas demandam ao Judiciário, que apresenta necessidade orçamentária para atender. Da mesma forma, temos uma advocacia dativa que é uma das únicas do país a ter que brigar também na Justiça para receber o que lhe é de direito por não contar com uma lei que permita receber pelas vias administrativas", contextualizou.

No terceiro bloco houve a participação do público a partir de sorteio de nomes realizado antes do início da transmissão. Três advogados e dois estudantes de Direito fizeram os questionamentos, dentre eles o presidente da Comissão de Direito Penal da OAB-MT,

Marco Antônio dos Santos, sobre os planos de cada postulante para o Sistema Prisional do Estado.

Ao final, os candidatos comentaram a realização do embate. O governador e postulante Pedro Taques elogiou a organização. "A OAB, que faz a defesa do estado democrático de direito, exerceu seu papel e está de parabéns com a realização do debate", comentou.

O candidato Mauro Mendes avaliou como tranquilos a realização e o comportamento dos adversários. "Foi tranquilo, um debate dentro da linha da normalidade, todos se comportaram bem e fizemos um debate em cima de problemas e alternativas para Mato Grosso".

Para o postulante Moisés Franz, o encontro abriu chance para a conversa com o eleitor. "Esse debate foi uma grande oportunidade para conversar com o eleitor, apresentar as propostas e confrontar com os demais candidatos. Essa é uma demonstração de democracia, que você possa contribuir com propostas para um governo".

Wellington Fagundes também destacou a importância de a OAB-MT ter promovido o embate. "O debate é uma oportunidade para ouvir cada candidato e a OAB-MT, de uma forma bastante de liderança, de trabalho, consegue con-

vidar os candidatos frente a frente para poder cada um mostrar suas propostas. Um debate de bom nível, de alto nível, na verdade".

O candidato Arthur Nogueira falou sobre a condução. "O debate foi muito bem conduzido, a OAB está de parabéns porque pôde fazer com que não houvesse desrespeito e respeitasse aquele que estava acompanhando em sua residência".

O presidente Leonardo Campos ainda fez um alerta ao eleitor mato-grossense sobre a utilização do aplicativo criado pela OAB-MT, o Cidadão Fiscal, que permite o acompanhamento de todas as normas eleitorais brasileiras, a prestação de contas dos candidatos e, ainda, a denúncia de fatos adversos quanto ao processo eleitoral.

"O debate é um dos pilares da campanha. Além do debate em parceria com a Rádio e a TV Assembleia, que já é a segunda edição, temos também o aplicativo Cidadão Fiscal, que permite a todas as pessoas a consultar a legislação, código eleitoral, prestação de contas, propaganda, dentre outras normas, e também serve como um instrumento de fiscalização das eleições. As denúncias podem ser feitas por áudio, vídeo e foto", finalizou.

Questões da advocacia apresentadas a candidatos ao Senado

Como parte do exercício de cidadania e da campanha “Voto não tem preço, tem consequência” para as eleições 2018, a OAB-MT recebeu candidatos ao cargo de senador pelo Estado. As visitas aconteceram ao longo de agosto e setembro, oportunidade em que a entidade apresentou as questões afeitas à classe advocacia que tramitam no Congresso Nacional, além de pontos legislativos cruciais para o desenvolvimento do Estado.

Estiveram apresentando suas propostas à OAB-MT os candidatos Carlos Fávaro, Waldir Caldas, Adilton Sachetti e Nilson Leitão. A visita foi aberta a todos os candidatos por Mato Grosso que, espontaneamente, procuraram a entidade.

“Recebemos as visitas dos candidatos para apresentar alguns pontos de extrema relevância para advocacia e a sociedade de Mato Grosso como um todo. O primeiro deles é a segurança jurídica, principalmente nas questões agrária e fundiária, já que para Mato Grosso isso é um eixo de desenvolvimento”, explicou o presidente.

Leonardo Campos apontou as indefinições nas atribuições dos órgãos ambientais estadual e federal para gerir a regularização das propriedades rurais. “Ficamos num Estado que precisa atrair empresas e investimento, mas quando analisam a legislação tributária nossa e a insegurança ambiental, não há incentivo”, acrescentou.

Outros pontos abordados com os candidatos foram de interesse direto da advocacia, como a questão do fim do

Exame de Ordem. “Vira e mexe, tanto na Câmara como no Senado, nós temos projetos de lei que visa acabar com o Exame de Ordem. Ele é constitucional. Nós trabalhamos num universo de 1,1 milhão de advogados brasileiros e 5 milhões de bacharéis. Num discurso raso, que não cabe, fala-se em reserva de mercado, que vai na contramão. Devíamos trabalhar nos outros conselhos de classe para instituir seus respectivos exames”, argumentou o presidente, reforçando que a OAB não recebe nenhum tipo de recurso público e suas fontes de renda básicas são a anuidade dos advogados e a taxa de inscrição do Exame de Ordem.

“Seria exatamente o contrário esse discurso de recursos. Era só acabar com o Exame de Ordem que arrecadaríamos de mais de 5 milhões de bacharéis com anuidade. Ou seja, é muito falacioso esse discurso. Pelo exame, o Conselho oferece para a sociedade um profissional com a aferição da capacidade técnica mínima dele”, completou o presidente.

A criminalização da violação das prerrogativas da advocacia, cujo projeto de lei aguarda a sanção presidencial, também foi mencionada pelo líder da OAB-MT. “Hoje, temos só as representações das corregedorias. Ou, entra-se com o Código Penal com abuso de autoridade fazendo denúncia, mas cai no juizado especial. Por isso, a criminalização é essencial”.

A lei de abuso de autoridade também foi outro tema abordado. “Não há um contrapeso para atuação



do Ministério Público e para alguns profissionais da magistratura. Precisa haver isso”, asseverou, citando alguns exemplos de abuso como validação de provas ilícitas, restrição num habeas corpus. “São temas que a classe política pouco quer enfrentar por conta do desgaste dela própria e pelo desgaste que plantaram na sociedade, que só acorda para lei de abuso de autoridade, de que

é importante conter os excessos, quando ela é vítima desse excesso”.

O presidente ainda aproveitou para apresentar o aplicativo “Cidadão Fiscal” aos candidatos, meio pelo qual qualquer cidadão pode acompanhar todos os tipos de informações a respeito do processo eleitoral e, ainda, denunciar qualquer irregularidade que possa estar sendo cometida.



Cuiabá deve instalar Conselho de Direitos Humanos para orientar estrangeiros

O município de Cuiabá deve começar a se preparar para instalação do Conselho de Direitos Humanos como forma de orientar o contingente de imigrantes que tem chegado à cidade sem informações sobre trâmites e serviços que possam atendê-los. Os trabalhos iniciaram a ser traçados no dia 24 de setembro, durante a reunião do Grupo de Trabalho dos Migrantes criado pela OAB-MT e parceiros com o prefeito Emanuel Pinheiro, no Palácio Alencastro.

Os membros do grupo, dentre eles representantes dos estrangeiros, pleitearam ao prefeito a cessão de uma sala na Casa dos Conselhos para que possa ser instalado o novo espaço, cujo trabalho será de, sobretudo, ajudar aos recém-chegados a se organizarem com relação a documentação para permanência, emprego e estudo na cidade.

Atualmente, quem realiza o papel de orientar os imigrantes, porém adaptando o serviço no espaço, é a coordenadora da Casa do Migrante, Eliane Vitalino. A entidade é mantida pela Igreja Católica através da Pastoral do Migrante com a ajuda de parceiros. Todos os órgãos envolvidos na prestação dos serviços da casa elaboraram um relatório sobre as condições de atendimento, que foi entregue em mãos ao prefeito.

“Hoje, não temos mais só haitianos, temos os venezuelanos, bolivianos, senegaleses. É interessante o município criar esse conselho para atendê-los, e não tem



um custo elevado. E o Conselho do Estado pode auxiliar a prefeitura nessa implantação”, mencionou o presidente do Conselho Estadual de Direitos Humanos, o defensor público Roberto Tadeu Vaz Curvo.

O vice-presidente da OAB-MT, Flávio Ferreira, reforçou a importância do espaço, tendo em vista a incapacidade de a Casa do Migrante resolver todas as pendências, mesmo com aporte de Ministério do Desenvolvimento.

“Tudo bate na Casa do Migrante.

Já o conselho, que é um órgão auxiliar à administração pública, pode facilitar esse processo. Trata-se de um lugar para orientar, que pode ser uma sala com computador e um profissional que saiba falar crioulo, francês e espanhol. Seria um ponto de referência dentro da Casa dos Conselhos”, acrescentou.

O presidente da Organização de Suporte das Atividades dos Migrantes no Brasil (Osamb), o haitiano Dickson Jacques, agradeceu a disponibilidade

da prefeitura em colaborar. “Em cinco anos que estou em Cuiabá, é a primeira vez que as portas da prefeitura são abertas para a gente, é o primeiro contato oficial que temos”.

Ao final, o prefeito Emanuel Pinheiro solicitou a oficialização por escrito do Conselho Estadual de Direitos Humanos para a colaboração com as instalações e regularizações necessárias para a criação do espaço municipal e fez o compromisso de empreender a proposta.

OAB-MT e Sistema Prisional discutem parceria para fábrica de cadeiras

A principal finalidade da pena privativa de liberdade, maior penalidade aplicável no Brasil, é a ressocialização do indivíduo. No entanto, as condições do sistema prisional nem sempre possibilitam a recuperação. Uma das formas de contribuir para a reinserção social do reeducando é incentivar sua participação no mercado de trabalho por meio da capacitação.

Com esse objetivo, a OAB-MT recebeu o superintendente do Sistema Prisional – Regional Oeste, João Fernando Feitosa, e os diretores do Centro de Ressocialização de Cuiabá (CRC), Wilkler de Freitas, e do Centro de Custódia da Capi-

tal (CCC), Everton Santana, para discutir a parceria para a implementação de uma fábrica de cadeiras.

Eles se reuniram com o presidente do Tribunal de Defesa das Prerrogativas (TDP) da OAB-MT, André Stumpf, para apresentar o projeto que visa à capacitação dos reeducandos no CCC.

De acordo com o diretor do CCC, a unidade já conta com um espaço que poderá ser destinado para a instalação da fábrica de cadeiras de fibra. O local funcionaria como uma sala multiuso, nas quais os reeducandos participariam de cursos de capacitação e também poderiam trabalhar como forma de remição da pena.





Ato do Mero Aborrecimento tem mobilização em todo o Estado

Idealizada pela OAB-MT, a campanha “Mero Aborrecimento Tem Valor” ganhou um ato nacional no dia 4 de setembro, quando advogadas e advogados de todo o país se mobilizaram nas comarcas para apresentar aos magistrados o estudo sobre a teoria do “mero aborrecimento”.

“A campanha Mero Aborrecimento Tem Valor surgiu da irrisignação de toda a advocacia quanto aos entendimentos que são contrários ao estado democrático de direito. Não visa simplesmente a defesa dos direitos dos consumidores, mas está intrinsecamente ligada ao conceito de que num esta-

do democrático de direito, as decisões devem ser fundamentadas”, explicou o presidente da Comissão de Defesa do Consumidor da OAB-MT, Rodrigo Palomares, durante ato realizado na sede da OAB em Brasília.

De acordo com ele, a tese do mero aborrecimento não é apenas um entendimento defensivo jurisprudencial, mas uma arbitrariedade que tem que ser combatida pela advocacia.

No Estado, a mobilização contou com a adesão das subseções e aconteceu simultaneamente em diversas comarcas, onde os profissionais da advocacia apresentaram à magistratura o parecer

elaborado com base no estudo de mais de 100 sentenças e acórdãos.

As subseções de Sorriso, Tangará da Serra, Cáceres, Nova Xavantina, Várzea Grande, Rondonópolis, Pontes e Lacerda, Vila Rica, Lucas do Rio Verde, Nova Mutum, Campo Novo do Parecis e Água Boa mobilizaram a advocacia da região para a sensibilização sobre a teoria do mero aborrecimento.

O ato contou ainda com a participação da Comissão da Jovem Advocacia (Cojad) na Capital. O secretário-geral Pedro Henrique Ferreira Marques explicou que a mobilização contou com o engajamento total dos

jovens advogados e advogadas, diante da importância da iniciativa.

Durante cerca de dois anos de estudos, os casos em que cidadãos tiveram seus pedidos negados sob o argumento de que o dano alegado não passa de “mero aborrecimento” ou “mero disabor” são os mais diversos, desde cobranças indevidas, não prestação de serviços por parte de fornecedor até a espera excessiva na fila do banco.

Um dos objetivos da campanha é assegurar a eficácia da legislação e evitar que decisões como essas desestimulem o cidadão a buscar o reparo de seus direitos.

Desafio é fazer valer os direitos sociais previstos na CF

Em evento alusivo aos 30 anos da Constituição Federal, promulgada em 5 de outubro de 1988, o Encontro Nacional das Comissões de Direito Penal e Processo Penal, promovido pela OAB-MT, operadores do Direito discutiram temas atuais e polêmicos.

Presidente da OAB-MT, Leonardo Campos destacou que, passadas essas três décadas, o grande desafio do momento é fazer valer os direitos sociais estabelecidos na Carta Magna. Ele lembrou que, quando foi criada, a sociedade tentava conquistar esses direitos.

“Os direitos sociais foram conquistados e colocados na Constituição Federal. Agora o grande desafio é fazer valer esses direitos”, destacou o presidente na abertura do evento, no dia 27 de setembro, auditório da OAB-MT.

De acordo com ele, o debate acerca da Constituição vem a calhar num momento que considerou propício, quando, diante das crises ética, econômica e política vivenciadas pelo país, a sociedade chega a colocar em xeque as garantias conquistadas.

“Intolerante à impunidade, vemos o cidadão brasileiro aplaudir a flexibilização de direitos e garantias fundamentais”, destacou Leonardo Campos.

Ele citou como um dos exemplos o cumprimento de prisão a partir de condenação em segunda instância, além de propostas apresentadas nas chamadas “Dez Medidas Contra a Corrupção”, que

incluem flexibilização do habeas corpus e admissão de provas ilícitas.

“O combate à corrupção é a nossa maior bandeira. Ele deve ser feito sim, mas sempre sob os ditames constitucionais. Devido processo legal sem ampla defesa e contraditório não é estado democrático de direito”, comentou.

Diante do cenário atual, o presidente

da OAB-MT lembrou mais uma vez que o debate sobre a Constituição da República faz-se oportuno à véspera das eleições, pois a responsabilidade pelas crises em que se encontra o país deve ser dividida entre todos os cidadãos que, pelo voto, escolhem os políticos que estarão no poder.

O presidente da Comissão de Direito Penal e Processo Penal da OAB-MT, Marco Antônio Magalhães dos Santos, ponderou que é justamente no Direito Penal que se evidenciam algumas das principais dificuldades vivenciadas pelos profissionais, sobretudo na violação às prerrogativas.

Dessa forma, ressaltou que se preocupou em trazer para o evento os mais atuais temas para a mesa de debate com profissionais de destaque nacional, permitindo a estudantes e profissionais se prepararem para o dia a dia.

Durante o encontro estiveram em discussão assuntos como colaboração premiada, lavagem de dinheiro, aborto e crimes contra a dignidade sexual, entre outros, discutidos entre os dias 27 e 28 de setembro.



Temas da atualidade do Direito do Consumidor atraem público à OAB-MT

A quarta edição do Setembro Consumidor realizada pela OAB-MT atraiu um público de mais de 170 pessoas por dia ao auditório da entidade para tratar dos mais atuais temas do Direito do Consumidor no Brasil. O evento, organizado pela Comissão de Defesa do Consumidor, reuniu nomes nacionais e estaduais de relevância na área e foi o fórum para o lançamento da obra “Indústria do Mero Aborrecimento”, tema correlato à campanha Mero Aborrecimento Tem Valor, que ganhou amplitude nacional depois de ser originada na OAB-MT.

“O evento foi um sucesso. Tivemos um público aproximado de 170 pessoas por dia. Os temas foram os mais atuais no Direito do Consumidor. Assim, recebemos inúmeros elogios sobre o evento, críticas apenas positivas e já estamos pensando o V Setembro Consumidor no ano que vem”, relatou o presidente da Comissão, Rodrigo Palomares.

No primeiro dia (12) de palestras, o juiz de Direito Valmir Alaercio dos Santos, tratou das fraudes nas relações de consumo e falou da conduta ética da

advocacia consumerista. Na sequência, o professor de Direito Miguel Luiz Barros Barreto de Oliveira, autor do livro lançado no evento, explanou sobre os números que demonstram uma diminuição nas ações por esse motivo.

“Ele deixou claro, por meio dos dados apresentados, que está havendo um certo desestímulo vindo do Poder Judiciário para com os jurisdicionados, e isso não é visto com bons olhos para

que se estabeleça a justiça, ou seja, está sendo tolhido o acesso à justiça pelos consumidores, que já são vulneráveis e hipossuficientes”, comentou o advogado.

Miguel Barreto também aproveitou para manifestar sua preocupação sobre os ataques que a advocacia tem sofrido em todo país. “Hoje, a advocacia vem enfrentando um processo de ataque de todos os lados e em todas

as áreas do Direito. Isso é muito preocupante, não só para democracia, mas para toda sociedade. Quem perde por ter uma defesa fragilizada não é a advocacia, mas é o cidadão”, destacou.

No dia 13, os temas abordados ficaram por conta do juiz de Direito Yale Sabo, que tratou de casos práticos das relações de consumo, apresentando algumas situações a respeito do mero aborrecimento, e a professora Fabiana Rodrigues Barletta, que tratou do direito à saúde das pessoas idosas.

“A Fabiana Barletta foi excepcional, sensacional na teoria dela, que é de um livro também o Direito à Saúde da Pessoa Idosa, trabalhando conceitos e hipervulnerabilidade; a questão da proibição do reajuste contratual nos planos de saúde com a fundamentação legal; trabalhou a hierarquia das normas e, ao final, criticou a posição atual do STJ (Superior Tribunal de Justiça) por dizer que é sem critério algum a autorização de reajuste à revelia da lei nos contratos de plano de saúde para as pessoas idosas”, esclareceu Palomares.



Depois de demanda da OAB-MT, TJ assegura vagas à advocacia

Mesmo diante da reforma do Estacionamento do Tribunal de Justiça de Mato Grosso (TJMT) a OAB-MT conseguiu aumentar as vagas de estacionamento destinadas aos profissionais da advocacia.

A conquista foi possível depois de diversas conversas de sensibilização da Ordem para com a Presidência do TJMT, tendo em vista a constância em que a advocacia precisa estar no local de posse de diversos documentos e equipamentos, além de indumentária específica exigida para adentrar ao Tribunal.

Além das reservas no estacionamento do TJMT, foram garantidas quatro vagas para a advocacia no anexo administrativo “Desembargador Antônio de Arruda”, onde funcionam as Turmas Recursais.

Desde o início das obras, em agosto,

a diretoria da OAB-MT vem tomando as providências para assegurar aos advogados e advogadas as condições de trabalho necessárias. Após reuniões entre a diretoria da Ordem e o presidente do TJMT, desembargador Rui Ramos, ficaram definidas mais 20 vagas destinadas à advocacia.

Conforme expresso no artigo 131 da Constituição Federal, o profissional da advocacia é indispensável à administração da Justiça e seu rol de atividades no complexo do TJMT é diverso.

Diante da falta de vagas alternativas na região, a garantia de vagas no estacionamento é essencial para o exercício da advocacia, tendo em vista que, por vezes, são transportados processos volumosos. Ao passo que os funcionários do órgão passam o dia no local e, por isso, não fazem a rotatividade de vagas como a advocacia.



PMs que prenderam advogado recebem determinação de cumprir serviços comunitários

Dois policiais militares que prenderam um advogado em Cuiabá no início de 2016 receberam a determinação de cumprir, como medida disciplinar, a prestação de serviços comunitários em razão dos fatos. A OAB-MT foi intimada sobre todas as determinações da transação cri-

minal aplicadas aos policiais.

O advogado recebeu voz de prisão dos policiais militares ao tentar mediar uma situação de conflito no trânsito da Capital. Na ocasião, tentou defender a irmã que, envolvida na questão de trânsito, filmava a atitude dos policiais.

Em razão dos fatos, a OAB-MT, depois de aprovado pelo Conselho Seccional, realizou um ato de desagravo em desfavor da atitude dos servidores. O ato ocorreu em frente ao Comando Geral da Polícia Militar de Mato Grosso no dia 18 de fevereiro de 2016.

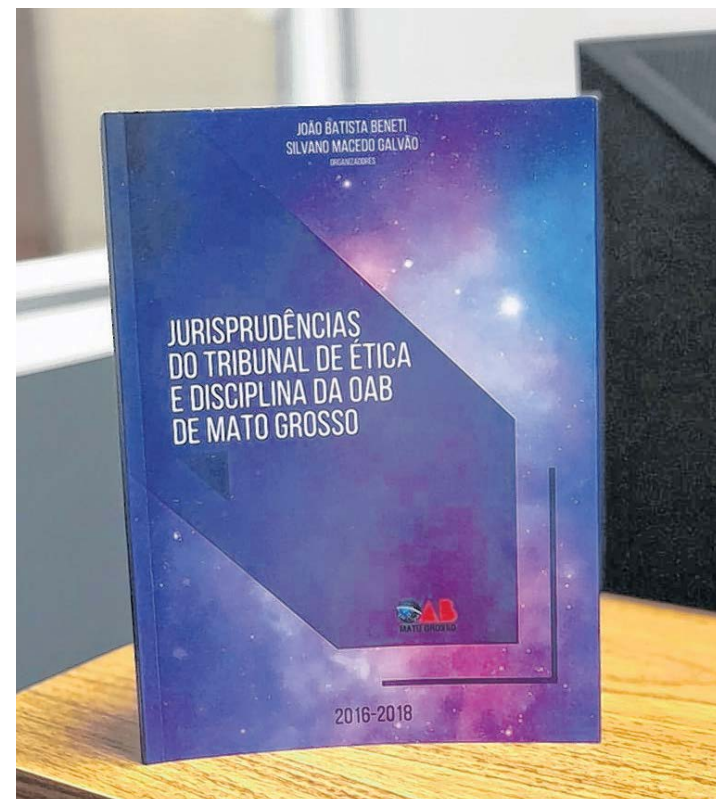
A atitude dos policiais feriu às prerrogativas da advocacia, tendo em vista que prenderam o advogado de forma arbitrária, sem estar devidamente identificados e sem a presença de um membro da OAB-MT para acompanhar o procedimento, como determina o Estatuto da Advocacia.



Livro sobre jurisprudências do TED em MT é lançado em outubro

O Tribunal de Ética e Disciplina (TED) da OAB-MT lança em outubro a obra “Jurisprudências do Tribunal de Ética e Disciplina da OAB de Mato Grosso”. O livro traz uma coletânea de acórdãos e ementas dos processos disciplinares julgados pelos relatores do TED da OAB-MT.

Através dessa produção será mais fácil fazer a consulta sobre os que atuam no Tribunal, sobre advogados e advogadas em geral, “na perspectiva de indicar os limites éticos do exercício profissional no contexto jurisprudencial”, como traz trecho da obra.



O livro foi organizado pelo presidente do TED, o advogado João Batista Benetti, e o secretário-geral do órgão, Silvano Macedo Galvão. A CAA/MT também é parceira na impressão do compilado.

Advocacia de Nova Xavantina promove ato por falta de juiz

A Subseção de Nova Xavantina da OAB-MT reuniu a advocacia local para cobrar a colocação de um magistrado na comarca da cidade em uma vaga que está ociosa há três anos. Todas as decisões do Poder Judiciário local estão a cargo de apenas uma juíza, o que está resultando em acúmulo de processos em função da sobrecarga de atividades.

No dia em que realizado o ato nacional da OAB “Mero Aborrecimento”, em 4 de setembro, a advocacia da cidade também foi às ruas para cobrar uma posição do Tribunal de Justiça de

Mato Grosso sobre o preenchimento da vaga de juiz.

“Este é um ato que a OAB está promovendo com o apoio de todos os advogados aqui dando voz à população de Nova Xavantina em razão da falta de juiz. Há mais de três anos na comarca de Nova Xavantina está faltando um

juiz, que tirou licença e até hoje o Tribunal está nessa indefinição”, apontou o presidente da OAB Nova Xavantina, Jesse Candini.

A juíza em atuação na cidade, Luciane Roos, é diretora do Fórum de Nova Xavantina, atende pelas primeira e segunda varas da cidade,

atua no Direito Eleitoral e, ainda, das questões da população carcerária feminina que ocupa a cadeia pública da cidade. “Ela responde por tudo isso. Fica sobrecarregada de processos, sem dar andamento”, acrescentou o presidente da OAB local.

O líder da advocacia local tam-

advogados para oxigenar o nosso entendimento. A gente acaba, por conta das inúmeras demandas, firmando um posicionamento e, muitas vezes, segue nele por anos a fio na jurisprudência e a gente precisa que venham ideias novas. Então, eu vou ler com toda a atenção”, disse.



bém explicou que existem processos que estão há mais de seis meses sem despacho, assim como alvarás judiciais que precisam de levantamento para partes que não conseguem avançar. “O descontentamento dos advogados se dá em relação a isso tudo. Estamos aqui esperando uma resposta do Tribunal de Justiça”, finalizou Jesse Candini.

No mesmo dia, a juíza Luciane Roos recebeu o manifesto da advocacia a respeito do ato do Mero Aborrecimento e da falta de magistrado na comarca. “A gente precisa dos

Presidente da OAB Alta Floresta acompanha visita do TJMT após agressão a juiz

O presidente da Subseção de Alta Floresta da OAB-MT, Celso Reis de Oliveira, acompanhou a visita do presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Rui Ramos, à comarca de Nova Monte Verde para a tomada de providência depois da agressão registrada por um réu contra o juiz local. A reunião aconteceu no fórum da cidade, no dia 3 de setembro.

Conforme relatou o advogado, Rui Ramos foi a Nova Monte Verde para firmar posição do TJMT quanto à tentativa de agressão cometida contra o juiz da comarca, Bruno César Singulani, por um réu, no dia 31 de agosto. Depois de sentenciado, o agressor tentou acertar o magistrado com uma garrafa d'água e ainda proferiu palavras de baixo calão contra ele e os jurados, no fim do Tribunal do Júri.

O desembargador foi até para dizer, de acor-

do com Celso Oliveira, que o Tribunal rechaça, com todas as forças, qualquer tipo de ofensa contra um dos pilares da República, que é o Poder Judiciário. Que fatos daquela natureza, que afrontam diretamente o estado democrático de direito, não podem acontecer. “Ele também veio pedir as providências necessárias para a punição e para evitar que novos atos desse tipo voltem a ocorrer”, acrescentou o presidente da Subseção.

“Nosso posicionamento foi no sentido de reforçar que é essencial e indispensável que o Poder Judiciário seja respeitado para que o estado democrático de direito prevaleça e que todos vivam em harmonia. A OAB não tolerará atos de intimidação tanto ao Poder Judiciário quanto à instituição do Tribunal do Júri”, também declarou o representante da OAB na região, após a reunião.



Colégio de Presidentes emite nota em defesa de honorários dignos à advocacia

O Colégio de Presidentes de Seccionais emitiu, no dia 21 de setembro, uma nota contrária às manifestações do presidente do Superior Tribunal de Justiça, ministro João Otávio de Noronha, que afirmou que “o novo CPC (Código de Processo Civil) foi feito pra dar honorários para advogados”.

“Diante das afirmativas do presidente do Superior Tribunal de Justiça, o Colégio de Presidentes de Conselho Seccional da Ordem dos Advogados do Brasil, vem lamentar profundamente as afirmações desairosas proferidas pelo presidente do STJ, ofensivas à advocacia e desrespeitosas a cidadania.

A sistematização de honorários no Código de Processo Civil não é matéria nova. O que é novo são os ataques de setores da magistratura à justa remuneração da advocacia. Como afirmou o presidente Claudio Lamachia “A verba honorária não pode ser aviltada. Tendo caráter alimentar, deve ser defendida e fixada em valor digno e propor-

cional à causa, daí a importância em defendermos e valorizarmos o artigo 85 do novo CPC.”

Imprescindíveis à administração da justiça, cumprimos papel essencial

na administração e composição de conflitos e somente os que defendem uma justiça asséptica podem negar a importância da advocacia para a justa composição de litígios. Longe de

representar defesa de mercado e reserva de empregos, a presença da advocacia na mediação extrajudicial de conflitos é essencial para evitar o desequilíbrio da balança, dando às partes orientação segura.

Reconhecer a importância da advocacia é respeitar a cidadania. É conhecer a história das lutas que travamos pela democracia, pela Constituição e em defesa de um Poder Judiciário independente, célere e eficiente. É respeitar profissionais que trabalham diariamente com qualidade, dedicação e ética. Exigimos respeito de todos, mas ainda mais daqueles que, lidando diuturnamente conosco, não podem deixar de reconhecer as valiosas contribuições da advocacia para a melhoria da prestação jurisdicional e para o aperfeiçoamento das instituições jurídicas”.



Juizados especiais são vítimas do próprio sucesso, avalia magistrado



No dia 26 de setembro, a Lei 9.099/95, que dispõe sobre os juizados especiais cíveis e criminais, completou 23 anos. Ao longo dessas mais de duas décadas, muitas mudanças na sociedade impactaram diretamente no funcionamento dessas estruturas.

Justamente na véspera do aniversário da legislação, ela foi um dos pontos de debate entre a OAB-MT e o coordenador do Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos (Nupemec), juiz Hildebrando da Costa Marques.

“Algumas pessoas costumam dizer que o juizado especial foi vítima do seu próprio sucesso. O juizado especial foi uma porta de acesso tão importante para a população que a grande busca pelos juizados especiais fez com que se tornasse uma justiça bastan-

te abarrotada de processos e que começou a sofrer os problemas de uma ordinarização, ou seja, começou a se tornar uma justiça comum de causas de menor complexidade”, avaliou o magistrado.

Contudo, ele ressalta que agora as políticas têm feito com que se olhe mais para os juizados, se estructure melhor e se apliquem seus princípios mais fundamentais que volte à sua primeira característica mais marcante que é do consenso.

De acordo com Hildebrando da Costa Marques, nesses 23 anos da Lei 9.099/95, os juizados especiais têm uma atuação bastante positiva. “A população tem confiado muito. Os juizados especiais têm um volume de processos muito grande justamente porque é uma grande porta de acesso do cidadão à Justiça”, disse.

CAA/MT firma parceria com Bradesco e advocacia já pode aderir a plano de saúde

A Caixa de Assistência dos Advogados de Mato Grosso (CAA/MT) firmou um importante convênio com a Bradesco Saúde. Com essa parceria, advogados e estagiários inscritos no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ) já podem aderir a uma das três opções de seguro-saúde, todos com cobertura nacional e sem qualquer tipo de coparticipação em procedimentos médico-hospitalares.

“Após anos comercializando somente planos de uma única cooperativa de saúde, temos a satisfação em informar que a advocacia mato-grossense ganha mais uma opção nesse segmento. Adianto que estamos em tratativas com outras seguradoras porque acreditamos que nossos colegas advogados e estagiários têm o direito de escolher o plano de saúde que vier ao encontro das suas necessidades e de sua família”, explica o presidente da CAA/MT, Itallo Leite.

Líder de mercado no ranking nacional de saúde suplementar, a Bradesco Saúde possui, atualmente, mais de 4 milhões de vidas e cerca de 50,4 mil médicos, hospitais, clínicas, laboratórios e consultórios credenciados em todo o país.

O consultor de seguros avaliado

pela CAA/MT para a comercialização dos planos Bradesco Saúde em todo o estado, Otto Sampaio, conta que além de não ter qualquer cobrança de coparticipação nos procedimentos, o seguro-saúde ainda prevê reembolso. “O segurado pode realizar procedimentos médico-hospitalares cobertos pelo plano em prestadores não credenciados e solicitar o reembolso, de até R\$ 300, que será feito de acordo com os limites do contrato”.

Ele lembra que a adesão aos planos é feita com, no mínimo, três vidas que não precisam ser, necessariamente, as titulares do CNPJ. Podem ser cônjuges e filhos do profissional da advocacia, os chamados “ascendentes”. “Em se tratando de agregados como os pais, é possível que eles sejam inseridos no seguro-saúde se, e tão somente se, houver a migração de todo o grupo do atual plano de saúde para a Bradesco Saúde”, esclarece Otto Sampaio.

No termo de parceria celebrada pela CAA/MT, a Bradesco Saúde oferecerá dois tipos de coberturas. A primeira é a Cobertura Completa (TOP). Ela contempla assis-

tência nos segmentos ambulatorial e hospitalar com obstetrícia. O segurado e seus dependentes contam com cobertura de despesas em consultas, exames simples e especiais, terapias, tratamentos ambulatoriais, internações clínicas e cirúrgicas e está disponível para todos os tipos de planos.

Os profissionais da advocacia que desejarem migrar de seu atual plano de saúde para a Bradesco Saúde poderão aproveitar a carência desde que haja compatibilidade de padrão entre o plano de origem (congênere) e o plano de destino. Além da adesão ao seguro-saúde, é possível realizar a contratação conjugada ao plano odontológico ofere-

cido pela seguradora.

Já com a contratação da cobertura Hospitalar com Obstetrícia o segurado tem assistência planejada para atender eventos relacionados a grandes riscos do segmento hospitalar com obstetrícia. A Bradesco Saúde garante a cobertura das despesas decorrentes de internações clínicas e cirúrgicas, quando cobertas contratualmente. Válido para os planos Nacional e Nacional Plus. O consultor de seguros explica que este tipo de cobertura é ideal para quem quer ter a segurança de, numa eventualidade, ser atendido, por exemplo, em hospitais de alto custo como Sírio Libanês e Albert Einstein, em São Paulo.

Conheça os planos de saúde disponíveis para grupos a partir de três vidas, cujo titular deverá possuir CNPJ:

NACIONAL PLUS - Oferece atendimento diferenciado em todas as regiões do país, especialmente para empresas que buscam uma rede referenciada exclusiva. Conta com hospitais e laboratórios que são referência em serviços de saúde no país e possui flexibilidade na escolha de padrão de reembolso que é válido para atendimento no Brasil e exterior, respeitando os limites contratuais. Acomodações somente em apartamento.

NACIONAL - Oferece comodidade de atendimento em todas as regiões do Brasil, por meio de uma ampla rede referenciada, além da liberdade na escolha de prestadores, com flexibilidade na escolha do padrão de reembolso para atendimentos realizados no Brasil e no exterior, respeitando os limites contratuais. Acomodações em apartamento ou enfermaria.

NACIONAL FLEX - Oferece atendimento em todas as regiões do Brasil, por meio de uma rede integrada de serviços adequada às necessidades dos segurados, a preços acessíveis. Possibilita aos segurados utilizar serviços fora da rede credenciada, com opção de reembolso dos procedimentos cobertos realizados em território nacional, respeitando os limites contratuais. Acomodações em apartamento ou enfermaria.

Informações: Otto Sampaio (65 9 9219-5050 / 9 9989-8228 / simseguroscas@gmail.com)

Bradesco Saúde

Uma nova opção para cuidar de você e da sua família

Reembolso de até R\$ 300,00

- ◆ Cobertura nacional
- ◆ SEM coparticipação
- ◆ Para profissionais de MT

A CAAMT agora oferece aos advogados (as) e estagiários (as) três opções de planos.

Escolha o seu plano:
Fone: (65) 9 9219-5050
 ☎ 9 9989-8228
 simseguroscas@gmail.com

OAB MATO GROSSO

CAAMT
 Cuidando do Advogado
 Caixa de Assistência dos Advogados

Atenção: o seguro-saúde Bradesco é destinado para profissionais da advocacia com CNPJ e contempla a partir de 3 vidas. Oferece cobertura nacional sem coparticipação para procedimentos médico-hospitalares.

CAA/MT realiza 1ª Caminhada Rosa em Cuiabá

Por mais um ano, a Caixa de Assistência dos Advogados de Mato Grosso (CAA/MT) se une a instituições e sociedade civil organizada na luta contra o câncer de mama. Para 2018, em parceria com a Comissão de Direito da Mulher (CDM) da OAB Mato Grosso, a entidade celebrará o Outubro Rosa com uma caminhada.

A Caminhada Rosa será no dia 20 de outubro, a partir das 7h30, no Parque das Águas, em Cuiabá. A inscrição tem o valor de R\$ 15. A diretora da CAA/MT Clarissa Lopes explica que a ação tem por objetivo alertar sobre a importância da prevenção. “As pessoas precisam saber que o câncer de mama tem grandes chances de cura se diagnosticado logo no início”.

Ela lembra que o evento é destinado a toda comunidade e não somente à classe advocatícia. “O assunto é sério e requer a atenção e mobilização de todos”, destaca Clarissa Lopes.

Além da atividade esportiva no parque, a Caminhada Rosa contará com a presença de educador físico e da equipe do Hospital de Câncer de Mato Grosso (HCan) com orientações sobre o autoexame das mamas. No local, será disponibilizado, de forma gratuita, por uma drogaria conveniada à CAA/MT, teste de glicemia e aferição de pressão arterial.

A Rede Feminina de Combate ao Câncer de Mato Grosso, Águas Lebrinha e Unimed Cuiabá são apoiadoras do evento.

Mais informações: CAA/MT (65) 3644-1006 / 3644-1374.

Ingressos do Happy Day Dia das Crianças estarão à venda até dia 10

Para não deixar o Dia das Crianças passar em branco, a Caixa de Assistência dos Advogados de Mato Grosso (CAA/MT) realiza, pelo quinto ano consecutivo, o Happy Day. Este ano, a celebração será na Pousada Vale das Águas Ecopark, estrada de Manso. Advogados(as) e estagiários(as) interessados em participar com seus filhos e familiares têm até o dia 10 de outubro para comprar os ingressos na sede da CAA/MT. O passeio será dia 12, das 9h às 17h. Os valores do 2º lote do day use são

Caminhada Rosa



UMA CAUSA NOBRE PARA
SEGUIR EM FRENTE.

20 de outubro

Largada: 7h30
Local: Parque das Águas

Apoio



Realização





de R\$ 55 para adultos e de R\$ 35 para crianças de 6 a 10 anos de idade. Menores de 5 anos de idade são cortesia. O pagamento dos ingressos pode ser feito em dinheiro ou cartão (débito e crédito).

Além da oportunidade de usufruir de toda a estrutura do local, o ingresso inclui almoço com sobremesa. Bebidas deverão ser compradas a parte.

ESTRUTURA - A Pousada Vale das Águas está localizada na zona rural de Cuiabá, na estrada de Manso, próxima ao Rio Soberbo. O local possui seis piscinas, salão de jogos, redário e acesso ao rio. Aqueles que quiserem, poderão se aventurar no

Boia Cross (valores deverão ser consultados diretamente com a pousada).

Serviço - A Caixa de Assistência dos Advogados de Mato Grosso está localizada na Rua D, s/nº, anexo Silva Freire, ao lado do auditório da OAB Mato Grosso, no Centro Político Administrativo, em Cuiabá. O local funciona de segunda a sexta-feira, das 8h às 17h30.

Informações: CAA/MT (65) 3644-1006 / 3644-1374.

OAB integra grupo que se prepara para revisão de Plano Diretor de VG



A Subseção de Várzea Grande da OAB-MT integra o grupo que participou de uma capacitação técnica de revisão do Plano Diretor da Cidade Industrial. A advogada Raquel de Oliveira Corrêa acompanhou os trabalhos representando a OAB Várzea Grande, realizados entre 13 e 19 de setembro, junto de técnicos de secretarias municipais, da Câmara e do Conselho da Cidade.

O curso teve o propósito de qualificar os integrantes que participam do processo de revisão do projeto para contemplar as necessidades de ajustes no planejamento da cidade, em razão das mudanças no espaço urbano ao longo do tempo.

O presidente da Comissão Administrativa de Estudo e Revisão da Legislação Urbanística de Várzea Grande, Enodes Soares Ferreira, destacou que a metodologia proposta na capacitação prevê aos participantes noções básicas de planejamento urbano como conceitos de Plano Diretor e legislação, entre outros itens da área. Outra questão apresentada no módulo foi noções gerais dos trâmites legais que devem ser respeitados para a solução de problemas cotidianos dos cidadãos, principalmente na área operacional.

Estão previstas para a revisão do Plano Diretor quatro oficinas – em quatro regiões distintas do município. Ao grupo gestor caberá aperfeiçoar o Plano Diretor e encaixá-lo nas atuais demandas do município. Além disso, haverá quatro audiências públicas para participação da população na construção do Plano Diretor.

OAB-MT e entidades vão à prefeitura de Cuiabá para pedir apoio à APAC e assistência à saúde

A OAB-MT integrou uma comissão que se reuniu com o prefeito de Cuiabá, Emanuel Pinheiro, para tratar do apoio municipal ao funcionamento da Associação de Proteção e Assistência ao Condenado (APAC), bem como da assistência à saúde prestada aos reeducandos reclusos na Capital.

A reunião aconteceu no dia 6 de setembro com membros do Conselho da Comunidade e da própria APAC, fóruns dos quais a OAB-MT faz parte, como frisou o vice-presidente da instituição, Flávio Ferreira.

“O prefeito se comprometeu em participar desse pedido de apoio ao funcionamento da APAC, que é uma associação da qual a OAB também faz parte. A Unemat



(Universidade Estadual de Mato Grosso) está criando o projeto e o governo do Estado doou um terre-

no”, explicou o advogado.

Junto do Conselho da Comunidade, o vice-presidente da OAB-MT

pediu a intervenção de Emanuel Pinheiro a respeito da dificuldade de assistência à saúde dos reeducandos reclusos nas unidades de Cuiabá. Conforme a entidade, a Secretaria Municipal de Saúde estaria apresentando alguma resistência para realizar os atendimentos.

“A OAB e o Conselho da Comunidade pediram uma posição do prefeito em relação à Secretaria de Saúde para assistência aos condenados, pois haveria uma espécie de resistência da pasta em atender os problemas graves que estão acontecendo dentro dos presídios, como sífilis, tuberculose, entre outros. O prefeito se colocou prontamente para levar o assunto a diante”, acrescentou Flávio Ferreira.

Informe OAB

Sucesso marca 2ª edição da FeijoCojad e aumenta 50% do número de crianças atendidas

No dia 22 de setembro a Comissão da Jovem Advocacia (Cojad) da subseção de Rondonópolis da OAB-MT realizou a 2ª da FeijoCojad. O evento, de caráter social, visa arrecadar fundos para o projeto "Brincando com a OAB". O sucesso desta segunda edição permitiu aumentar em 50% o número de crianças que serão atendidas pelo projeto neste ano. De acordo com o presidente da Cojad Rondonópolis, Alex Onassis, no dia 11 de outubro será realizada uma ação em uma creche no bairro Dom Osório, em Rondonópolis, e, como a renda arrecadada na 2ª FeijoCojad serão atendidas 150 crianças. A segunda edição também teve a participação de advogadas e advogados de todo o Estado, incluindo os membros da Cojad da OAB-MT, da subseção de Rondonópolis, a diretoria da CAA/MT e do presidente da OAB-MT, Leonardo Campos. Toda a renda arrecadada com a 2ª FeijoCojad será destinada ao projeto Brincando com a OAB que será realizado pela sexta vez pela OAB Rondonópolis e já atendeu mais de 600 crianças e adolescentes de diversos bairros do município.



Três entidades recebem produtos doados a partir da arrecadação na FeijOAB

Como resultado de um dos eventos mais solidários do Sistema da COAB-MT, o FeijOAB, realizado pela Subseção de Lucas do Rio Verde, três instituições da cidade receberam doações a partir da renda arrecadada neste ano. As entidades beneficiadas foram a Associação de Paes e Amigos dos Excepcionais (Apae), a Casa Lar e o Rotary Clube, que receberam aparelhos e produtos necessários para suas atividades. A OAB Solidária, por meio do qual são feitas as doações, continuará recebendo ofícios de entidades interessadas em receber as doações, que são feitas sempre em produtos ou equipamentos, não em dinheiro, como frisou o representante da OAB.



PJe está regulamentado nas 1ª e 2ª Instâncias do Judiciário de MT

O Processo Judicial Eletrônico (PJe) está regulamentado no âmbito das primeira e segunda instâncias do Poder Judiciário de Mato Grosso pela Resolução do Tribunal de Justiça nº 03/2018. O Poder Judiciário destaca como essencial ao conhecimento da advocacia o artigo 32 da Resolução, cuja redação trata da responsabilidade do peticionante para classificar e organizar os documentos digitais ou digitalizados e anexados às petições eletrônicas de forma a facilitar o exame dos autos digitais. Outro destaque é quanto ao artigo 33 que assevera que "os documentos cuja digitalização mostre-se tecnicamente inviável deverão ser apresentados em secretaria no prazo de 10 (dez) dias, contados do envio de petição eletrônica comunicado o fato".

Em Destaque



Reunião realizada entre o Comando Regional VII da Polícia Militar e a Subseção de Tangará da Serra da OAB-MT para apresentar as prerrogativas da advocacia aos policiais, ideia que partiu do próprio comando local da corporação



Presidente da Comissão de Direito do Consumidor da OAB-MT, Rodrigo Palomares, palestrou no II Simpósio do Direito do Consumidor promovido no estado do Piauí pela Seccional local e parceiros



A Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Lucas do Rio Verde foi uma das entidades beneficiadas com os recursos arrecadados na última FeijOAB para doação de equipamentos necessários ao seu funcionamento



Advogado há 38 anos em Mato Grosso, José Carlos Pinto foi o membro da advocacia homenageado pela OAB-MT durante a sessão ordinária do Conselho Seccional de setembro. O advogado já atuou nas mais variadas áreas do direito e recebeu a placa da diretoria da Casa



O debate entre os candidatos ao governo de Mato Grosso mobilizou todo o staff da OAB-MT em prol da organização. No dia anterior, registro do ensaio para a transmissão da TV da Assembleia Legislativa, principal parceira da instituição nesta realização